

**EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO
CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL-CEPS PROF^a MARIA SALOMÉ
GOMES SARES, MUNICÍPIO DE SANTANA, ESTADO DO AMAPÁ/BRASIL**

**I SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
SANTANA: EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS NOVAS TECNOLOGIAS**

NILSA PONTES DOS SANTOS

nilsapontes@bol.com.br

ANTONIA SIMOA

toniasimoa@gmail.com

JOÃO VALDINEI CORRÊA LOPES

jlopesmaster@bol.com.br

SANTANA – BRASIL

2017

INDICE

RESUMO

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

1 O CONTEXTO TEÓRICO.....	02
---------------------------	----

1.1 Educação escolar.....	02
---------------------------	----

1.2 Evasão escolar.....	03
-------------------------	----

1.3 A educação profissional e suas características.....	04
---	----

1.3.1 A educação profissional no Brasil.....	04
--	----

1.3.2 A prática reflexiva e a formação de professores para o ensino técnico.....	06
--	----

1.3.3 As legislações e os saberes da docência na educação profissional.....	07
---	----

1.4 A história da educação profissional no Estado do Amapá.....	09
---	----

2 O CONTEXTO DA EVASÃO ESCOLAR NO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MARIA SALOMÉ GOMES SARES.....	11
---	----

2.1 Registros documentais.....	11
--------------------------------	----

2.2 Concepção dos alunos.....	12
-------------------------------	----

2.3 A gestão escolar.....	12
---------------------------	----

2.4 O contexto docente.....	13
-----------------------------	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
---------------------------	----

BIBLIOGRAFIA

RESUMO

A pesquisa desenvolvida para a elaboração deste artigo diz respeito à evasão escolar na educação profissional. O estudo foi realizado no Centro de Educação Profissional-CEPS Prof^a Maria Salomé Gomes Sares, Município de Santana, Estado do Amapá. Teve como objetivo identificar as causas da evasão escolar no ensino profissionalizante do referido Centro de Ensino. A metodologia utilizada caracteriza-se do tipo qualitativa e quantitativa de nível explicativa descritiva, modalidade de estudo de caso, onde coletou – se dados por meio de documentos e questionários, tendo como sujeitos da pesquisa alunos dos cursos técnicos de Nível Médio em Eletroeletrônica e Edificações. A pesquisa constatou que vários são os fatores que contribuem para a evasão escolar, dentre eles: necessidade de trabalhar, opção por um curso superior, problemas familiares, não ser o curso que almejavam ou não atendeu as suas expectativas, além da falta de tempo e cansaço para estudar; assim através dos estudos percebeu-se que a educação profissional apesar de ser uma modalidade importante para acelerar a inserção de mão de obra qualificada no mercado de trabalho, muitos alunos ainda não vislumbraram esse caminho, pois se já houvesse essa conscientização poderiam priorizar essa modalidade de ensino atenuando assim a evasão; Convém destacar que quando o aluno procura o Centro para pleitear matrícula, é orientado a respeito do curso e sua especificidade. Assim, vale ressaltar que as investigações realizadas permitiram a constatação de que a educação profissional é uma modalidade que deve ser ofertado de forma diferenciada, por meio de um projeto pedagógico que atenda às necessidades dos alunos, flexibilidade nos horários e na oferta dos componentes curriculares, além de palestra com profissionais que incentivem a permanência dos alunos nos cursos e sintam motivação em se adequarem ao processo de formação que almejam. Neste sentido, a oferta de cursos dessa natureza deve ter suas especificidades e apresentar metodologia que atenda a realidade de sua clientela.

Palavras Chave: Curso, Técnico, Evasão, Escolar, Educação, Profissional, Evasão escolar na Educação Profissional

INTRODUÇÃO

As reformas ocorridas a partir da década de 1990 na educação profissional no Brasil já carregam novidades e aperfeiçoamento da sua operacionalização desde o Parecer n. 16/1999 – CEB/CNE, o que gerou a Resolução n. 04/1999 – CEB/CNE, pois estabeleceram novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional no país. No ano de 2012, em função das novas demandas sociais e econômicas da sociedade brasileira houve a necessidade de reformulação de tais diretrizes, quando o Conselho Nacional de Educação publicou as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, que se expressam pelo Parecer n. 11/2012 – CEB/CNE e Resolução n. 06/2012 – CEB/CNE. Desta feita, os sistemas estaduais de ensino foram obrigados a acompanhar tais normas nacionais, o que também ocorreu no Estado do Amapá por meio do Conselho estadual de Educação.

No Estado do Amapá foram criados centros de educação profissionais. Esses centros realizaram, conforme legislação pertinente um levantamento das necessidades dos cursos para a fomentação de sua economia e melhoria social. Os cursos foram implantados por meio de seus projetos específicos, após parecer autorizativo do Conselho Estadual de Educação do Amapá. O município de Santana, segundo maior município do Estado foi contemplado com o Centro de Educação profissional professora Maria Salomé Gomes Sares, onde se oferta a jovens e adultos daquele município os cursos técnicos de eletroeletrônica e de edificações.

A produção científica contida neste documento se refere a evasão escolar na educação profissional: um estudo de caso no Centro de Educação Profissional-CEPS Prof^a Maria Salomé Gomes Sares, Município de Santana, Estado do Amapá/Brasil e apresenta como objetivo identificar as causas da evasão escolar no Centro de Educação Profissional Maria Salomé Gomes Sares, no Município de Santana, no Estado do Amapá. Investigação que ocorreu com enfoque qualitativo e quantitativo, onde se fez uma abordagem em alunos professores e gestor, mas sem esquecer as necessárias teorias para a fundamentação que esbarrou no contexto da educação escolar, evasão escolar, a educação profissional no Brasil, além da educação profissional no Estado do Amapá.

Assim, nesta estrutura se consegue visualizar o cenário da evasão escolar no Centro de Educação Profissional Professora Maria Salomé Gomes Sares, onde a realidade social e

familiar dos cursistas, o projeto pedagógico da instituição de ensino pesquisada, o posicionamento, no caso as atuações de cada segmento, apresentam nas suas atividades elementos que acabam por assegurar a ocorrência da problemática, o que somente se reverterá na medida da urgente reflexão e redimensionamentos de determinadas práticas na oferta e operacionalização dos cursos de educação profissional do referido centro de educação profissional.

1 O CONTEXTO TEÓRICO

1.1 Educação escolar

Brandão (1981)¹ deixa claro que ninguém escapa da educação, por isso busca compreendê-la em vários momentos da história, tipos diversos de sociedades. Para o autor a educação pode existir livre e entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criaram para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Salienta que a educação está onde não há escola, especialmente onde é repassada de geração em geração. Sob regime tribal, a característica essencial da educação está nos elementos do clã. Não há mestre nem inspetores especiais, mas anciãos e conjunto de gerações anteriores.

A educação é analisada sob o enfoque do contrário de tudo o que examinamos de acordo com o que pensam os legisladores, pedagogos, professores, estudantes e outros sujeitos um tanto mais tradicionalmente difíceis de entender, como filósofos e cientistas sociais. A escola surge com o desenvolvimento do cristianismo na Antiga Europa para uma educação que salvaria almas, e isso perdurou até o final do século XIX quando Émile Durkheim começou a ligar educação e sociedade, a educação vira fato social, pois para ele há um consenso harmônico que mantêm o ambiente social (BRANDÃO, 1981)².

Na verdade a educação não aplica sua ideia, na prática é bem diferente, há uma elite capitalista que controla a educação, entretanto, ela ocorre fora das paredes da escola, na comunidade, assim a dominação capitalista encontra resistência política. A única forma de reinventar a educação, como dizia Paulo Freire, é trazê-la ao cotidiano do aluno, fazendo com que a vivência e as experiências do indivíduo façam parte efetiva da escola, e a educação será livre e comunitária. Para Brandão (1981)³ a educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar e aprender. Nas sociedades, aprendemos que a educação escolar ajuda a separar o nobre do plebeu, e entre os gregos e romanos, a educação assume uma postura de poucas inovações.

Enfim, a educação do homem existe por toda parte, e muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa. E a escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisório onde a sociedade e a educação se esclarecem. Enfim, crê na esperança do que se

1 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Que é Educação. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

2 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Op., Cit.

3 Idem.

pode ter na educação. Desesperar da ilusão de que todos os seus avanços e melhoras dependem apenas de seu desenvolvimento tecnológico. Acreditar que o ato humano de educar existe tanto no trabalho pedagógico que ensina na escola quanto no ato político que luta na rua por outro tipo de escola, por outro tipo de mundo.

Assim, a educação é a dominação de ideias e práticas regidas pelas diferenças entre as diversas realidades sociais, que como bem analisado por Carlos Rodrigues Brandão, é bem mais que pensar em domínios restritos, visto haver a necessidade de ser pensada sob o enfoque da educação popular e em outras formas e situações que ela possui hoje em dia, como foi o caso da educação na sociedade primitiva, no ensino público, nas classes populares e na sociedade igualitária. A educação pode ser tanto uma forma de opressão quanto uma forma de libertação. Isto depende apenas de como ela é pensada e praticada.

1.2 Evasão escolar

A evasão escolar é um problema complexo e se relaciona com outros importantes temas da pedagogia, como formas de avaliação, reprovação escolar, curriculum e disciplinas escolares. Para combater a evasão escolar, portanto, é preciso atacar em duas frentes: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno "evadido", e outra de reestruturação interna que implica na discussão. Além disso, em parceria com o poder judiciário, é importante realizar campanha de esclarecimento, mostrando que o estudo formal é um direito da criança e do adolescente e que, o responsável pode, inclusive responder "processos por abandono intelectual". Então, busca-se tornar a escola mais agradável e atrativa e o curriculum mais próximo das necessidades dos alunos e de suas famílias.

Faz-se importante destacar ainda que mesmo considerando, tal como analisa Santos (1997), a responsabilidade da escola perante os problemas do mundo contemporâneo. Em seu lugar, o que se vê é que cada vez mais a evasão escolar vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas.

Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional.

A evasão escolar é um problema que necessita de se ter esperança e ação. Assim, inspirada nas palavras de Freire, em sua Pedagogia da Esperança (1992, p.9), “Não entendo a

existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança, sem sonho. [...] a esperança é necessária, mas não suficiente. Esperança precisa de ancorar-se na prática. Não há esperança na pura espera”.

As consequências da evasão escolar podem ser sentidas com mais intensidade nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes em conflito com a lei, onde os percentuais de presos e internos analfabetos, semi-alfabetizados e/ou fora do sistema de ensino quando da prática da infração que os levou ao encarceramento margeia, e em alguns casos supera, os 90% (noventa por cento).

O combate à evasão escolar, nessa perspectiva, também surge como um eficaz instrumento de prevenção e combate à violência e à imensa desigualdade social que assola o Brasil, beneficiando assim toda a sociedade.

Possuindo diversas causas, que vão desde a necessidade de trabalho do aluno, como forma de complementar a renda da família, até a baixa qualidade do ensino, que desestimula aquele a frequentar as aulas, via de regra inexistem, salvo honrosas exceções, mecanismos efetivos e eficazes de combate à evasão escolar tanto a nível de escola quanto a nível de sistema de ensino, seja municipal, seja estadual.

1.3 A educação profissional e suas características

1.3.1 A educação profissional no Brasil

O objeto da educação não está só no sentido literal do verbo “educar”, mas, sim, no modo como se faz, ou seja, a forma como se deve prosseguir o pensamento sobre o tipo de distinções que se busca apresentar acerca da moral, da ética e dos critérios em que há embasamento no caminho a percorrer. Nesse sentido, para maior esclarecimento:

Educar é como ensinar alguém a andar ou a falar (nada de metafórico existe nessa comparação). Andar verticalmente e falar é a educação mais fundamental do modo de ser quem somos: humanos. Aprender a ler, a fazer contas e a dominar a técnica, o conhecimento científico e o processo de desenvolvimento de mais e mais conhecimentos no âmbito de uma comunidade em que estamos imersos é a mesma coisa que aprender a falar. Todos esses aspectos que enquanto adultos nos envolvem são distinções no âmbito do processo fundamental que nós próprios somos: um erguer e um puxar, um indicar de possibilidades, um mostrar de mundos, um incentivar e ajudar, um responsabilizar, autonomizar e cuidar (GADOTTI, 1993, p. 111)⁴.

Educar, desde os primeiros dias até os últimos, é deixar os outros serem humanos — ensinar, no sentido de educar, é muito mais difícil do que aprender. E por que isso é assim?

4 GADOTTI, Moacir. A organização do trabalho na escola: alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1993, p. 111.

Não apenas porque quem ensina deve dominar uma maior massa de informações e tê-la sempre pronta a ser utilizada, mas porque ensinar requer algo muito mais difícil, complexo e poderoso: deixar aprender.

Desde as suas origens, a formação profissional foi permanentemente vista como subeducação, reservada às classes menos favorecidas, destinando-se a amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte, assumindo um caráter assistencialista que tem marcado todo o seu legado. Assim, a história da preparação do homem para o trabalho, no Brasil, se confunde com a história do ensino informal das artes e ofícios.

As escolas profissionalizantes nasceram como obra de benemerência, a fim de proporcionar aos jovens das camadas sociais menos favorecidas, uma educação adequada à sua situação social, visando ao ingresso precoce na atividade produtiva. Essa circunstância conferiu ao ensino profissional certo grau de marginalidade.

A profissionalização, através de esforço governamental, teve origem em 1809 quando um decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas. Em 1816, era proposta a criação de uma Escola de Belas Artes com o propósito de articular o ensino de ciências e do desenho para os ofícios mecânicos. Em 1861, foi organizado por Decreto Real o Instituto Comercial do Rio de Janeiro cujos diplomados tinham preferência no preenchimento de cargos públicos das Secretarias de Estado.

Na segunda metade do século passado, foram criados os Liceus de Artes e Ofícios. Esses eram destinados a amparar crianças órfãs e abandonadas, oferecendo-lhes instrução teórica e prática, iniciando-as no ensino industrial.

Atualmente, de acordo com Cunha (2000)⁵ o ensino industrial-manufatureiro, destinado à formação da força de trabalho, é um tema que tem sido quase ignorado nos estudos sobre a gênese e as transformações da educação brasileira. Quando comparado com outros temas, como o ensino superior, o ensino secundário e até a educação física, o ensino industrial-manufatureiro aparece em nossa bibliografia definido mais pela omissão do que pelo conhecimento produzido ao seu respeito.

5 CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. São Paulo: Unesp, Brasília, DF: Flacso, 2000.

Entre os fatores de custo da força de trabalho cuja redução tem sido reivindicada estão nas contribuições das empresas para o “Sistema S”: SENAI, Sesi⁶, SENAC⁷, SESC⁸, SENAR⁹, SENAT¹⁰, SEST¹¹ e SEBRAE¹². O argumento corrente é que se as contribuições respectivas deixarem de ser pagos o custo da força de trabalho ficaria menor, e das duas uma: aumentaria diretamente o emprego ou reduzir-se-ia o custo da produção que levaria, indiretamente, a um aumento da produção e do emprego. De um jeito ou de outro, a redução do “custo Brasil” implicaria a extinção ou redução da contribuição compulsória para o SENAI (CUNHA, 2000)¹³.

Outra grande novidade segundo Cunha, para as escolas técnicas, ao menos as da rede federal, é a ênfase no que a Secretaria de Educação Média e Tecnológica chama de educação não-formal: formação profissional de curta duração, qualificação profissional, treinamento de trabalhadores (inclusive reconversão), capacitação de jovens e adultos para o trabalho. A tudo isso se soma a orientação para que as escolas atuem na prestação de serviços a empresas e a agências governamentais, procedimento que se espera gere significativa receita extra orçamentária.

1.3.2 A prática reflexiva e a formação de professores para o ensino técnico

Segundo Pimenta (2000)¹⁴, os saberes da docência são constituídos da experiência, do conhecimento e dos saberes pedagógicos. O professor, através da própria experiência como aluno, vai criando imagens de diferentes professores que passaram por sua vida escolar, formando representações, somando ainda o próprio exercício profissional em diversos ambientes escolares, os estereótipos criados pela mídia, por outros profissionais e pelos próprios colegas de trabalho. Os saberes da experiência também são formados a partir da ação e reflexão sobre sua própria prática.

Os professores que lecionam no ensino técnico, geralmente, trabalham em paralelo com atividades profissionais da área técnica, seja ela da própria formação técnica ou da formação superior, aspecto fundamental para sua atividade como docente, porque incorpora

6 Serviço Social da Indústria.

7 Serviço Nacional do Comércio.

8 Serviço Social do Comércio.

9 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

10 Serviço Nacional de Aprendizagem em Transporte.

11 Serviço Social do Transporte.

12 Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas.

13 Idem.

14 PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

saberes técnico-profissionais inseridos nas atividades de trabalho. A relação trabalho – educação se estreita, ao mesmo tempo ganha complexidade, o contexto de sua ação muda e as relações sociais passam a ser um aspecto mobilizador em sua qualificação profissional.

Toda problemática que envolve a formação de professores para o ensino técnico está numa relação complexa que se estabelece através do binômio educação–trabalho, imposição causada pela sociedade industrial que valoriza a operacionalização do conhecimento. Para tornar-se um docente do ensino técnico é necessária a interação dos saberes construídos através das práticas sociais desenvolvidas no ambiente escolar com os de sua prática profissional do mundo do trabalho, cujo resultado proporcionará uma maior compreensão de sua ação educativa como profissional do mercado de trabalho (GOMES; MARINS, 2004)¹⁵.

Os avanços tecnológicos, as novas características do processo produtivo, a alta informatização, as lógicas complexas, os problemas inusitados, além do trabalho em equipe, ocasionam uma profunda transformação na sociedade, em suas relações sociais e profissionais, questões que afetam a escola, agitam e desestabilizam a vida pedagógica dos professores, causando-lhes conflitos.

1.3.3 As legislações e os saberes da docência na educação profissional

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional penetra no contexto educacional através de um discurso econômico que visa ao atendimento das demandas do mundo do trabalho, evidenciado através de um modelo de competências, onde o foco principal tem sido a educação profissional (BRASIL, 1996)¹⁶.

O aparelho escolar passa a ser a principal estratégia para o alcance da melhoria da qualidade da produção, no sentido de desenvolver nos indivíduos habilidades dos novos métodos de trabalho que os possibilitem a permanecer em condições de empregabilidade.

Assim, nesse aspecto, o trabalho se apresenta como elemento propulsor do processo educacional, no qual a escola se submete aos interesses do capital. E uma das formas de melhor atender a esses interesses foi a desvinculação – educação profissional e educação básica, através da promulgação, do então Decreto n.º 2.208/97¹⁷, causando uma ruptura entre

15 GOMES, Heloísa Maria; MARINS, Hiloko Ogihara. A Ação Docente na Educação Profissional. São Paulo: Editora Senac, 2004.

16 BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

17 BRASIL. Decreto n.º 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

o acadêmico e o técnico, o qual foi revogado através do Decreto n.º 5.154/04¹⁸, com maior flexibilidade quanto às articulações com o ensino médio, pois cada escola decidirá se unirá ou manterá separado o ensino médio da educação profissional.

A formação pedagógica ainda é negligenciada pelas políticas públicas e por muitos professores do ensino técnico. Assim os professores que contribuem para este pensamento, acreditam que dominam a prática pelos anos que a repetem a cada vez que entram em sala de aula. Neste ponto, desconsideram a própria capacidade de mudança e, mais ainda, que os saberes da docência vão sendo aprimorados através do exercício diário do seu fazer pedagógico.

Nesse novo cenário, temos que nos preocupar com os saberes necessários ao professor da educação profissional, para que possa assumir um papel compromissado com as exigências de formar um aluno-cidadão autônomo, crítico e reflexivo, capaz de lidar com situações complexas e inesperadas, que exija tomada de decisões, mas também preocupado com as questões sociais que permeiam a vida em sociedade.

Acredita-se que o requisito básico para alguém ensinar é dominar o conteúdo a ser ensinado. Assim, nada mais lógico do que um profissional com domínio de saberes técnico/práticos transmitir esses conhecimentos. Mas, refletindo-se sobre a atuação docente, será que ela se restringe apenas à transmissão de conteúdo? Um profissional que exerce atividades educativas estaria compromissado com o papel social que a atividade docente exige? Haveria como desvincular o saber técnico de sua aplicação econômica, política e social? Poderia existir neutralidade num processo educativo?

No ensino técnico, na atual educação profissional, é um fato constatado que os profissionais graduados em engenharias e os de nível técnico não apresentam, de modo geral, uma opção pelo magistério. Ingressam no sistema educacional, com relativa experiência profissional, em sua maioria, porém sem tempo disponível para desenvolver ou receber uma formação adequada na sua atuação pedagógica (FERNANDES, 2004)¹⁹.

Portanto, o desafio é articular e fazer a transposição dos saberes da formação profissional e da experiência em saberes pedagógicos. Contudo é importante destacar que não

18 BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

19 FERNANDES, Bernardo Marçano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs). Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 133-145.

é simplesmente reduzir os saberes pedagógicos à simples transmissão de conteúdo, mas transformar os saberes docentes em uma prática reflexiva e transformadora, assim “não existe processo ensino-aprendizagem sem pedagogia, embora se manifeste com frequência uma pedagogia sem reflexão pedagógica” (TARDIF, 2002, p. 119)²⁰.

Apesar da relevância dos saberes técnicos, é essencial compreender as dimensões das relações sociais, assim como suas práticas traduzidas em conhecimento pedagógico. E é esse aspecto que confere especificidade à função de educador, que se estende a um compromisso moral e a um comprometimento com os alunos. Desse modo, o professor tem de saber agir na urgência de situações inusitadas que surgem e na ausência de uma metodologia que viabilize esse agir, mais ainda, saber lidar com a incerteza, com o bom senso, com o desafio, com a mudança durante toda a trajetória de sua vida profissional.

1.4 A história da educação profissional no Estado do Amapá

Esta modalidade de ensino tinha como meta fazer funcionar, o mais breve possível, uma escola profissional e outra doméstica, em Macapá. O Governo incluiu no orçamento para 1945 o pedido de créditos destinados à construção de uma escola profissional masculina e uma escola doméstica feminina em Macapá.

A Escola Profissional Masculina, após ser inaugurada teve a finalidade de proporcionar a juventude macapaense os meios de adquirir conhecimentos necessários para melhorar a sua cultura e ingressar no terreno da prática de profissões rendosas para todos os que sejam dotados da boa vontade. Sendo que foi bastante elevado o número de alunos matriculados nos diversos cursos, que eram inteiramente gratuitos. As matérias ensinadas na Escola Profissional “Getúlio Vargas” eram: português, aritmética, álgebra, geometria, elementos de trigonometria, eletricidade, topografia, física, telegrafia e motores²¹.

A Escola Doméstica de Macapá tinha a finalidade de ensinar às jovens amapaenses além da leitura e a escrita as chamadas prendas domésticas como: bordar, costurar, cozinhar e a ser boas donas de casa.

Morais (2009), com o término dos dois períodos de Governos de Janary Nunes (1944-1956) no Território Federal do Amapá, ficou claro que a Educação sofreu uma grande evolução no seu contexto prático. Nesse sentido, a busca pela qualidade dos cursos que

20 TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 119.

21 Idem.

oferecia a sociedade estudantil Amapaense e Amazônica, tornou por muito tempo o atual Estado do Amapá como referência de Educação Profissional na região norte.

O público dos cursos profissionais do Amapá contava com jovens de todos os municípios do Estado do Amapá e de outros do Estado do Pará (Afuá, Almeirim e regiões ribeirinhas, principalmente), os quais buscavam seus estudos profissionalizantes nas instituições:

- A. Estadual Barão do Rio Branco, 1944
- B. O IETA (Instituto de Educação do T. do Amapá), 1945, com 01 Escola curso de Magistério;
- C. O Colégio Amapaense, 1947, com o Centro Profissionalizante (Centro Interescolar de Macapá, 1979), com 05 cursos: Curso Técnico de Eletrotécnica; Habilitação Básica em Construção Civil; Agropecuária; Saúde e Habilitação em Técnico em Enfermagem;
- D. O Colégio Comercial do Amapá, 1949, com 03 cursos: Administração, secretariado e Contabilidade;
- E. O GM (Escola Industrial de Macapá), 1949, com Cursos de Telegrafia, Eletricidade, Marcenaria, Topografia e Motores (posteriormente Curso de Habilitação Básica em Mecânica).

Nas últimas duas décadas, instituições sofreram alterações em suas denominações:

- A. O CCA passou a se chamar Escola Estadual Gabriel de Almeida Café;
- B. A Escola Normal que passou a se chamar IETA, e atualmente é a UEAP (Universidade Estadual do Amapá);
- C. O Centro Interescolar para Escola Estadual Professora Graziela Reis de Souza.

Anteriormente, foi apresentada uma série de instituições educacionais amapaenses que propunham a participar da educação profissional da mão de obra carente residente em Macapá e em municípios do interior do Estado do Amapá e de Belém.

É importante compreender que a educação profissional tem uma história e precisa ser vista sob o enfoque de sua contribuição ao desenvolvimento profissional, da qualificação da

mão de obra e principalmente, do crescimento intelectual da sociedade mais distante do centro industrial brasileiro.

2 O CONTEXTO DA EVASÃO ESCOLAR NO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MARIA SALOMÉ GOMES SARES

2.1 Registros documentais

Nessa variável de análise, pretende-se apresentar os resultados obtidos com os instrumentos de coleta de dados relacionados a aspectos institucionais causadores da evasão e descrever sobre a evolução e progressão da evasão (abandono escolar) a partir do levantamento dos índices de rendimento nos cursos de Educação Profissional do CEPS.

Tabela 1 – Índices de evasão e abandono no curso Técnico em Edificações

Situação	2009	2011	2012	2013	2014	Total
Total de Matriculados		325	42			
Matriculados aprovados		73	13			
Matriculados com dependência		26	6			
Matriculados reprovados		05	1			
Matrículas canceladas		39	2			
Abandono		182	20			

Tabela 2 – Índices de evasão no curso Técnico em Eletroeletrônica

Situação	2009	2011	2012	2013	2014	Total
Total de Matriculados		288	41			
Matriculados aprovados		48	6			
Matriculados com dependência		29	7			
Matriculados reprovados		4	1			
Matrículas canceladas		25	3			

Abandono	182	24
----------	-----	----

Assim, fica claro que muitos alunos nem chegam de fato a começarem o curso, e, do ponto de vista da instituição, eles são considerados como alunos que nunca iniciaram o curso. Cabe salientar que foi considerado nesse estudo o seguinte critério de evasão: os alunos que iniciaram e em algum momento do curso desistiram.

2.2 Concepção dos alunos

Sobre as causas que conduziram os alunos inscritos nos cursos do CEPS terem abandonado (evadido) os mesmos, 57.7% deram como causa a necessidade de trabalhar, principalmente por estarem na idade produtiva (16 aos 40 anos), e todos já possuírem o ensino médio. O restante das respostas foi o seguinte: 6.6% afirmaram não ser o curso que queriam ou não atendeu as suas expectativas; 13.3% declararam que optaram por um curso superior, na mesma área ou não; 2.2% impuseram a causa nos cuidados com os filhos; e 13.3% não justificaram; 2.2% disseram a falta de tempo; 2.2% afirmaram seus problemas de saúde.

Contextualizando o estudo desenvolvido sobre a evasão escolar dos alunos dos cursos técnicos, aponta por sua vez que sua ocorrência é fruto da obrigação dos alunos em trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário. Na verdade, eximem a escola da responsabilidade pelo fracasso escolar do aluno, de um lado por apresentar ausência de condições básicas para a aprendizagem, e de outro, em virtude de sua condição de vida, ou seja, por pertencer a uma classe socialmente desfavorecida.

2.3 A gestão escolar

Uma vez que se está tratando na investigação da evasão na educação profissional, assim se fez questão de saber da direção do referido centro como que acontece os ingressos dos alunos na educação profissional, quando a gestão da instituição afirmou que acontece a partir de um processo seletivo na medida em que o centro publica o edital pertinente a seleção e nesse sentido há a inscrição e com data específica os candidatos se submetem as avaliações que são provas escritas.

Toda instituição de ensino precisa necessariamente de verbas que subsidiem os recursos materiais que devem ser usados tanto para a manutenção da instituição como para principalmente aulas práticas, quando se indagou de onde é oriunda tal verba e foi respondido pelo gestor que o dinheiro de manutenção é depositado na conta do caixa escolar do centro, mas que recebem verbas também do PRONATEC para os materiais que se deve utilizar nas aulas práticas.

A instituição de ensino, pela própria filosofia da educação que carrega não pode deixar de estabelecer um relacionamento sério, íntimo e duradouro com a comunidade escolar. Perguntou-se então de que forma o Centro de Educação profissional Professora Maria Salomé Gomes Sares mantém relações com a comunidade local e pais de alunos, quando o gestor respondeu que isso acontece na medida em que se marca reuniões administrativas e a comunidade é então convocada, mas é somente nesse momento.

Quando se trata de PRONATEC, por ser um programa do governo federal que é veiculado na mídia televisiva e outras quando informam que as verbas do referido programa são destinadas também para bolsas para alunos, se fez o questionamento ao gestor nesse sentido, o qual respondeu que os alunos recebem uma bolsa em dinheiro para custeiar passagens de ônibus a fim de que não exista impedimento da participação dos alunos nas aulas, além de receber também para seus lanches diários.

2.4 O contexto docente

Todo trabalho dos professores que se direcionem as suas atividades de sala de aulas requer que seja algo planejado, sistematicamente organizado e para tanto se faz necessário que utilize momentos para planejamento de ensino. Perguntou-se aos professores em que momento se reúnem para a elaboração de seus planos de ensino e de aula, quando os 10 professores responderam que isso acontece apenas uma vez na semana em período contra turno ao horário de suas aulas, mas que nunca se encontram todos os professores para planejarem juntos.

Os docentes são profissionais como todos os outros que precisam estar em permanente processo de formação, pois dessa forma se atualiza e se aperfeiçoa para enriquecer seu trabalho. Assim, se perguntou aos professores sobre seus envolvimento em cursos de formação de professores de forma continuada em que se submeteram para o exercício na educação profissional. Responderam todos que após processo seletivo para ingresso na atuação da educação profissional se submeteram apenas na formação que a secretaria de

educação ofertou antes mesmo do início do curso e nunca mais foi ofertado nenhum curso da natureza daquele inicial e nem tratava da especificidade que iriam trabalhar, mas de educação profissional de forma geral.

Um profissional da educação precisa se sentir parte de um projeto de formação de seus alunos e esse mecanismo acontece também na medida em que o mesmo participa da construção do projeto pedagógico da escola em vai desenvolver suas atividades docentes. Assim, se perguntou aos docentes sobre suas participações na elaboração do projeto pedagógico da instituição de ensino, quando todos responderam que ao ingressarem no centro de Educação profissional Professora Maria Salomé Gomes Sares o projeto pedagógico com todos os projetos contendo os currículos dos cursos ofertados pelo referido centro já existia e que foi encaminhado pela secretaria de educação, o que em conversa com os docentes foi possível saber que sua elaboração aconteceu por meio de contratação de consultoria externa da secretaria de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o teor da investigação realizada para que fundamentasse um trabalho dessa natureza, sendo um ponto central do trabalho, a constatação da evasão escolar nos cursos técnicos profissionalizantes de Eletroeletrônica e Edificações no Centro de Educação Profissional Maria Salomé Gomes Sares, onde no ano de 2012 evadiram-se 48% dos alunos de Edificações e 54% dos alunos de Eletroeletrônica.

No tocante a metodologia do ensino dos professores nos cursos técnicos profissionalizantes, verificou-se que os docentes não costumam diversificar seus trabalhos em sala de aula, se caracterizando como um trabalho rotineiro, o que acaba sendo exaustivo e sem atrativos aos alunos. No que diz respeito a avaliação da aprendizagem dos cursos técnicos profissionalizantes, se verificou que os procedimentos avaliativos se faz da mesma forma que se procede com a educação básica, sem apresentar um trabalho diferenciado.

Neste cenário, constata-se que o projeto pedagógico é como outro projeto de escolas de educação básica, sem adequações as realidades de seu alunado. A educação profissional precisa apresentar projeto diferenciado para um público específico que é diferenciado, o que não acontece na instituição.

A gestão da instituição também não apresentou respostas de uma administração escolar diferenciada e que não apresenta formação inicial e nem continuada na área da educação profissional, onde se percebe em suas resposta a ausência de uma definida concepção de educação profissional diferenciada e específica, apenas tratando a gestão de forma generalizada.

Os professores não estão aptos para lidar com estratégias educacionais capazes de motivar o interesse dos alunos pelas aulas, aplicando metodologias de ensino com vivências diárias, que já se tornaram habituais e portanto, desinteressantes. Os educadores agem dessa forma por não terem conhecimento e capacitação para realizar atividades diferenciadas, que retenham a atenção dos alunos.

A educação profissional precisa então de um olhar diferenciado, com mecanismos de oferta e operacionalização que respeite o devir constante de uma clientela que possa se relacionar com uma formação consistente por meio de um projeto pedagógico que respeite sua realidade. Jovens e adultos que trabalham para sua sobrevivência precisam estudar em uma instituição que tenha flexibilidade nos horários de funcionamento, na oferta dos componentes curriculares, onde se sintam a vontade para adequarem-se ao processo de formação que almejam.

BIBLIOGRAFIA

Brandão, C.R.(1981) *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense.

Brasil. (2012). Ministério da Educação. Parecer n. 11/2012 CEB/CNE – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> acesso em 10, ago.

Brasil. (2009). Ministério da Educação. Decreto N. ° 5.154, de 24 de julho de 2004. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei N. ° 9.394. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> acesso em 10, ago.

Brasil. (2001). Ministério da Educação Decreto N. ° 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei N. ° 9.394. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.

Brasil. (1996). Ministério da Educação. Lei Federal N. ° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Unidade de Coordenação de Programas, Programa da Expansão da Educação Profissional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.

Cunha, L. A. (2008) O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* 89, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, nº 14. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf> acessado em 23, jul.

Fernandes, C. M.(2009) Formadores para a formação profissional. Disponível em:<<http://www.cefetsp.br>>. Acessado em 15, abr.

Freire. Paulo (1992). *Pedagogia da esperança*. Vozes. São Paulo.

Gadotti, M. (1987) *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Ática, 1987.

Gomes, H. M. e Marins, H.O.(2004) *A ação docente na educação profissional*. São Paulo: Senac.

Pimenta, S. G.(2000) Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In: Pimenta, Selma garrido (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 2 ed. São Paulo: Cortez, p. 15-34.

Morais, P.D. (2009) *História do Amapá: O passado é o espelho do presente*. Macapá: JM Editora Gráfica.

Santos, F.R (1998). *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo*. Macapá: FUNDECAP/ GEA.

Tardif, M. (2002) *Saberes docentes e formação profissional*. São Paulo: Vozes.